EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Whasgthon Aguiar de Almeida¹

Universidade do Estado do Amazonas
(waa.mec@uea.edu.br)

RESUMO

O texto defende que, para o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade obtenha êxito é necessário que ele se inicie ainda no âmbito escolar. Retratando o percurso histórico da Educação Especial no Brasil e a consolidação das políticas públicas a ela referida a partir da promulgação da Carta Magna e mais especificamente na nova LDB. Comentamos também as diversas deficiências a que são acometidos os portadores de necessidades especiais e como elas devem ser trabalhadas na sala de aula levando em consideração o papel do professor na condução do processo de ensino-aprendizagem num ambiente escolar com educandos portadores de necessidades especiais.

Palavras-chave: educação especial; políticas públicas; formação do professor; inclusão.

ABSTRACT

The text defends that for the process of inclusion of the special carriers of necessities in the society it gets success is necessary that it if still initiates in the pertaining to school scope. Portraying the historical passage of the Special Education in Brazil and the consolidation of the public politics related it from the promulgation of the Great Letter and more specifically in the new LDB. We also comment the diverse deficiencies the one that are acometidos the special carriers of necessities and as they must be worked in the classroom leading in consideration the paper of the professor in the conduction of the process of teach-learning in a pertaining to school environment with carrying educandos of necessities special.

Key words: special education; public politics; formation of the teacher; inclusion.

¹Mestrando em Ensino de Ciências pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

INTRODUÇÃO

O direito à educação por parte dos portadores de necessidades especiais, é uma conquista recente de nossa sociedade. No entanto, grande parte das leis e sugestões relacionadas à Educação Especial continuam apenas no campo teórico, distante do contexto real da sala de aula. Toda a problemática relacionada a esta temática se reflete no professor, que por sua vez interfere no aprendizado do educando especial. Este educando, seja ele portador de necessidades especiais de cunho mental, visual, auditivo ou físico, precisa ser recebido por um profissional especializado em sua necessidade para que o seu desempenho educacional seja satisfatório, pois só desta forma o processo de inclusão será consolidado no âmbito escolar.

1. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil passou a ser tratada com seriedade a partir da segunda metade da década de 50, quando ocorreu a sua inclusão na política educacional brasileira. Mazzota (2003) divide a história da educação especial no Brasil em dois períodos: o primeiro de 1854 a 1956, onde ocorreram as primeiras iniciativas, porém isoladas. E o segundo, de 1957 a 1993, quando foram realizadas iniciativas oficiais de âmbito nacional.

Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a educação para portadores de necessidades especiais teve início no Brasil quando, através do Decreto Imperial nº. 1.428 D. Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Entretanto, foi só a partir de 1957 que se intensificaram as campanhas voltadas para a educação especial, como a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME – entre outras.

É importante ressaltar que todo esse processo de transformação pelo qual passou a Educação Especial no Brasil foi resultado da luta

de diversos segmentos da sociedade, liderados principalmente por pais de pessoas portadoras de necessidades especiais que se organizaram e passaram a propor e pressionar as autoridades, por medidas públicas que viabilizassem a inclusão do portador de necessidades especiais no sistema educacional. Para Mazzota (2003), os pais dos portadores de necessidades especiais, a partir de sua mobilização política, foram os responsáveis pelas mudanças ocorridas ao longo da história.

Todas as conquistas obtidas a partir das propostas da sociedade civil organizada resultaram na criação de políticas públicas que garantiram o acesso do portador de necessidades especiais à educação.

2. OS AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, garantiu inúmeros direitos individuais a todos os cidadãos, dentre eles o acesso irrestrito à educação. Este acesso também se refere aos cidadãos portadores de necessidades especiais, os quais deverão ser aceitos e respeitados em todas as escolas do ensino regular sem qualquer distinção em relação aos outros alunos, evitando assim a fomentação de preconceitos.

Após a promulgação da Carta Magna, suas determinações foram estendidas a outras esferas federais, a legislações estaduais e municipais vigentes. Segundo Góes (2004), a Lei nº. 7853 de 1989 obrigou as instituições públicas de ensino a oferecer a educação especial definindo como crime o ato de recusa. No entanto, como a lei determinava que a escola tratasse de forma equitativa todos os estudantes, os portadores de necessidades especiais não tinham qualquer acompanhamento que facilitasse sua aprendizagem.

Em 1999, um decreto federal regulamentou esta lei definindo que as escolas públicas ou particulares devem oferecer programas de apoio para seus alunos especiais ou disponibilizar um ambiente especializado, caso o seu ambiente escolar não satisfaça suas necessidades educativas. A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de

1996, também reafirma a responsabilidade da escola regular integrar os portadores de necessidades especiais no seu quadro de alunos, independente da necessidade especial do educando.

Em 1994 a organização das Nações Unidas (ONU) realizou, na cidade de Salamanca - Espanha, a conferência denominada “Declaração de Salamanca”, a qual traçou algumas metas e sugestões para a inclusão dos portadores de necessidades especiais. O Brasil, como um dos signatários desta conferência, comprometeu-se em promover a inclusão dos educandos especiais no ensino regular e conseguiu aumentar em cerca de 150% de 1998 a 2002 o número de alunos especiais em salas de aulas do ensino regular. Mesmo com este considerável aumento do número de educandos portadores de necessidades especiais nas salas de aulas de todo o país, a qualidade do ensino para estes estudantes é deficiente, haja vista a falta de estrutura desses estabelecimentos de ensino para receber os estudantes portadores de necessidades especiais.

3. NECESSIDADES ESPECIAIS PRE-SENTES NA SALA DE AULA

Quando se fala em diversidade no âmbito escolar, não se deve pensá-la apenas numa dimensão étnica, religiosa ou sexual, mas também nas necessidades especiais do indivíduo, sejam elas físicas ou mentais, oriundas de altas habilidades ou de dificuldades de aprendizagem. Dentre outras necessidades podemos citar: a superdotação, condutas típicas, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiências múltiplas etc. Respeitar as peculiaridades físicas e mentais do indivíduo é uma forma de promover a diversidade no ambiente escolar, pois só desta forma será amenizado o preconceito perante os portadores de necessidades especiais no ambiente escolar.

A superdotação está relacionada à facilidade do indivíduo em assimilar determinados conteúdos, a ter grande criatividade em temas específicos e potencial elevado para artes. Estes indivíduos necessitam de escolas que explorem os seus conhecimentos

especiais a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Quanto às condutas típicas, elas se caracterizam pelas síndromes neurológicas e psiquiátricas que atrasam o desempenho escolar do aluno e suas interações sociais, sendo que o educando portador deste tipo de necessidade especial precisa do acompanhamento constante de um especialista para conseguir um bom desempenho escolar.

Uma das deficiências mais presentes no ambiente escolar é a auditiva, a qual pode ser total ou parcial, moderada ou profunda. Na surdez moderada o deficiente tem uma perda de até 70 decibéis, o que não o impede de comunicar-se oralmente, apesar das dificuldades enfrentadas. Já na surdez profunda o indivíduo tem uma perda superior a 70 decibéis que o impede de ouvir qualquer som. A forma de comunicação mais usada pelos surdos é a linguagem de sinais e mesmo já havendo cursos de formação e de especialização de professores em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), os estudantes surdos ainda encontram grande dificuldade para terem acesso à educação em LIBRAS, devido ao reduzido número de profissionais capacitados.

As deficiências físicas que afetam o indivíduo na sua mobilidade, locomoção, coordenação motora e fala, preservam a sua capacidade mental. Já a deficiência mental é caracterizada por um desempenho intelectual abaixo da média, onde a idade mental não corresponde à idade cronológica, afetando o desempenho escolar do educando, sendo necessários cuidados especiais de acordo com a deficiência diagnosticada.

No que se refere à deficiência visual, ela divide-se em dois tipos: baixa visão ou visão subnormal e cegueira. O portador de baixa visão consegue ler textos através do uso de certos recursos, como pincel com tinta mais densa, caderno com pautas maiores, lupa de aumento etc. Já o cego usa o método Braille como recurso de leitura e escrita, sendo necessário que a escola disponibilize um ambiente escolar adaptado para os deficientes visuais, com material didático específico que supram suas necessidades especiais.

Outra deficiência que pode ser encontrada na sala de aula são as deficiências múltiplas, que é a combinação de duas ou mais

deficiências no mesmo indivíduo, seja ela mental, visual, auditiva ou física. Vale ressaltar que todas essas deficiências ao se estabelecerem no ambiente escolar, devem ser tratadas como necessidades educacionais especiais. De acordo com Marquezine (2003), o conceito de deficiência deixa de ser centrado no indivíduo e passa para uma abordagem interacionista em que os grupos sociais se sobrepõem às patologias e diferenças. É importante que o professor tenha acesso a cursos de capacitação relativos à educação especial, mesmo depois da sua formação superior, para que ele crie estratégias que proporcionem um melhor desempenho escolar por parte dos alunos portadores de necessidades especiais, facilitando o processo de inclusão.

4. O PROFESSOR COMO AGENTE DA INCLUSÃO

Para que o processo de inclusão educacional seja realizado com sucesso, é necessário que o atual sistema de ensino seja reformulado, não apenas no campo teórico, mas também no prático. Transformar o ambiente escolar em um ambiente que promova a diversidade é tarefa do educador. Para que estas situações de fato ocorram é preciso capacitar os professores do ensino regular, a fim de que eles tenham acesso às novas teorias relacionadas à Educação Especial, as quais auxiliariam na sua práxis educativa. No entanto, o que de fato percebemos no contexto escolar são professores despreparados para o ato de educar o portador de necessidades especiais. De acordo com Góes (2004), os professores, por não participarem de um processo de formação continuada, não estão preparados para atender um educando portador de necessidades especiais.

Vale ressaltar que cabe ao professor reconhecer as necessidades especiais de seus alunos, bem como proporcionar atividades que os motivem no ambiente escolar e também facilitem a interação com os alunos ditos “normais” e com o próprio professor. É importante atentar-se para o fato de que o processo de inclusão é gradual e interativo, sendo necessário que o próprio educando especial participe da construção de suas atividades na sala de aula sem sofrer

nenhum tipo de pressão para se enquadrar no ambiente escolar convencional, pois só assim ele será respeitado e o processo de ensino-aprendizagem alcançará os objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, ainda há um longo caminho a ser percorrido rumo à consolidação do processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais em salas de aulas de escolas regulares. Mesmo com a valorização de políticas públicas específicas à Educação Especial nas últimas décadas, percebe-se grande desconhecimento e desconforto dos professores em relação aos educandos especiais. Daí a necessidade de capacitar esses professores antes dos mesmos receberem em suas salas de aula alunos portadores de necessidades especiais, só assim o processo de inclusão obterá o sucesso esperado, bem como o desempenho escolar do educando especial será alavancado, amenizando o preconceito existente no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEF/SEES, 1999.

GÓES, Maria Cecília Rafael de LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (org). *Políticas e Práticas de Educação Inclusiva*. Campinas –SP: Autores Associados, 2004.

MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro et al. (org). *Inclusão*. vol2. Londrina-PR: Edue, 2003.

MAZZOTA, Marcos J.S. *Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.